



ESTADO DE GOIÁS

## CAPA DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL (RGF) CONSOLIDADO

Este RGF se refere à consolidação dos relatórios do terceiro quadrimestre de 2023 de todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás, incluindo o Poder Executivo, DPE-GO, ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO, TJ-GO. O demonstrativo foi elaborado com base nos dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal publicados, disponíveis nos respectivos Portais de Transparência e se encontra em conformidade com o previsto no artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao assinar digitalmente esta capa dos demonstrativos do RGF, estarei também assinando os seguintes demonstrativos, de acordo com a tabela a seguir.

ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
1	Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal
5	Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
6	Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Goiânia, 15 de fevereiro de 2024.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário-Chefe da  
Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente Central de  
Contabilidade da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**ENTE:** ESTADO DE GOIÁS  
**PODER:** CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos  
**CNPJ:** 01.409.580/0001-38  
**PERÍODO:** 3º Quadrimestre de 2023  
**RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")**

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>24.190.085.040,52</b>	<b>16.826.498,82</b>
2	Pessoal Ativo	14.662.539.304,01	7.591.309,52
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.642.945.976,83	7.591.309,52
4	Obrigações Patronais	2.019.593.327,18	0,00
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	8.374.695.061,25	1.235.916,88
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.863.077.821,15	940.994,32
7	Pensões	1.511.617.240,10	294.922,56
8	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.152.850.675,26	7.999.272,42
9	Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
10	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>4.339.816.486,54</b>	<b>7.587.566,77</b>
11	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	36.509.462,86	0,00
12	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	757.156.053,30	7.437.417,47
13	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	558.773.782,63	150.149,30
14	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.987.377.187,75	0,00
15	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>19.850.268.553,98</b>	<b>9.238.932,05</b>
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
16	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	38.407.128.875,35	
17	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	42.579.542,40	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	523.448,01	
19	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	38.364.025.884,94	
20	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>	<b>19.859.507.486,03</b>	<b>51,77</b>
21	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60,00%	23.018.415.530,96	60,00
22	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57,00%	21.867.494.754,42	57,00
23	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	20.716.573.977,87	54,00

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO) referentes ao 6º bimestre de 2023, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

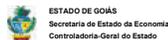
Goiânia, 15 de fevereiro de 2024.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário-Chefe da  
Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente Central de  
Contabilidade da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO - Todos os Poderes e Órgãos Autônomos  
CNPJ: 01.459.880/0001-91  
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2023  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I alínea "a")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMOCRÁTICO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
		LÍQUIDAS														
		jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23			
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	1.793.033.900,10	1.740.168.130,87	1.775.138.902,89	1.845.087.998,90	1.844.624.064,86	2.025.368.172,45	1.885.161.616,07	2.303.581.501,78	1.750.783.322,57	1.977.086.669,80	1.951.377.303,66	3.298.662.469,66	24.190.085.040,52	16.826.486,82	
2	Pessoal Ativo	1.130.261.646,85	1.073.514.128,96	1.097.320.280,04	1.168.750.702,61	1.150.870.021,64	1.263.904.391,43	1.169.890.735,15	1.174.098.366,00	1.142.454.849,76	1.179.525.403,49	1.230.963.303,86	1.880.985.484,22	14.662.539.304,01	7.591.309,52	
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	981.611.719,47	924.876.542,91	948.301.429,79	1.016.541.107,50	995.694.696,10	1.098.329.018,82	1.005.388.897,61	1.015.318.651,83	984.272.322,58	1.017.520.499,87	1.061.042.440,59	1.594.038.649,70	12.542.945.976,83	7.591.309,52	
4	Obrigações Patronais	148.649.927,38	148.637.586,05	149.018.850,25	152.209.995,11	155.175.325,54	165.575.372,61	164.491.837,54	158.779.704,17	156.182.927,18	162.004.903,62	169.920.863,27	286.946.834,40	2.019.593.327,18	0,00	
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	660.202.134,45	657.573.752,32	660.922.700,11	661.852.839,26	689.325.879,44	747.528.962,42	701.454.467,10	771.122.429,80	695.984.037,02	692.455.914,33	703.441.775,94	832.930.193,09	8.374.695.091,27	1.235.916,89	
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	543.038.488,94	537.808.494,06	542.954.078,72	544.142.650,30	565.383.414,00	621.785.291,23	576.163.564,72	648.427.239,67	477.621.353,29	572.591.285,14	540.591.686,25	693.103.344,50	6.863.077.821,15	940.994,32	
7	Pensões	117.163.645,51	119.765.258,26	117.968.621,39	117.710.185,96	123.972.464,44	125.743.701,19	125.310.922,38	122.695.179,13	118.962.683,82	119.864.628,59	162.940.209,62	139.829.848,76	1.511.617.240,10	294.922,46	
8	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.570.118,80	9.080.249,20	16.996.921,94	14.484.458,03	4.428.164,78	13.934.818,60	13.890.413,82	368.300.735,99	12.344.435,79	105.105.351,98	16.972.223,88	584.736.782,38	1.152.850.675,26	7.999.272,42	
9	Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>309.833.231,06</b>	<b>311.543.042,44</b>	<b>322.857.150,69</b>	<b>386.838.679,29</b>	<b>332.280.945,38</b>	<b>336.047.736,46</b>	<b>335.716.631,23</b>	<b>342.231.593,61</b>	<b>293.428.066,28</b>	<b>317.616.540,66</b>	<b>355.828.850,51</b>	<b>665.492.019,22</b>	<b>4.339.816.486,54</b>	<b>7.587.666,77</b>	
11	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	3.178.299,89	8.750.728,28	3.151.876,88	2.371.027,10	2.149.470,93	1.778.150,35	2.390.134,41	3.755.977,82	2.210.136,43	2.152.383,59	3.134.950,17	1.481.351,01	36.509.482,86	0,00	
12	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	19.873.227,33	23.161.071,86	67.412.598,39	125.137.588,53	57.623.789,20	51.875.000,09	57.919.300,30	79.374.028,12	34.790.128,35	33.640.115,88	41.010.739,57	166.238.445,99	757.156.033,30	7.437.417,47	
13	Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	72.429.265,22	67.090.897,44	39.452.843,00	45.009.444,19	47.690.234,55	40.992.965,79	38.763.299,31	27.312.959,69	24.762.847,83	44.880.684,14	34.869.921,09	75.641.423,38	558.773.782,03	150.149,30	
14	Restos a Pagar com Recursos Vinculados	214.352.438,42	212.535.368,94	212.939.832,33	214.263.019,47	224.817.465,70	241.401.620,23	237.543.071,91	231.789.591,68	231.664.952,67	237.545.307,39	206.999.119,48	422.180.798,97	2.997.271.197,75	0,00	
15	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.483.199.668,24</b>	<b>1.428.625.088,15</b>	<b>1.452.281.751,49</b>	<b>1.458.249.317,61</b>	<b>1.512.343.119,48</b>	<b>1.689.320.435,99</b>	<b>1.549.464.904,94</b>	<b>1.961.349.908,16</b>	<b>1.457.355.257,29</b>	<b>1.659.466.128,14</b>	<b>1.565.548.483,16</b>	<b>2.633.160.440,44</b>	<b>19.850.268.563,98</b>	<b>9.238.932,04</b>	
<b>CAMPO</b>	<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>										<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>				
16	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											38.407.128.671,39				
17	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V)											42.579.542,40				
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166-A, § 16, da CF) e o vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)											523.448,01				
19	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)											38.364.025.681,98				
20	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + VII)</b>											<b>19.859.507.486,03</b>				<b>51,77</b>
21	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (IX)											23.018.415.530,96				60,00
22	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) (X) = (0,95 x IX)											21.867.494.754,42				57,00
23	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 89 da LRF) (XI) = (0,80 x IX)											20.716.573.877,87				54,00

FONTE: SICOFNET / SOG / ECONOMIA-GO  
Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e T-JGO referentes ao 6º bimestre de 2023, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

- NOTAS:
1. ALEGO
    - 1.1. A quantificação dos valores que compõem o Relatório de Gestão Fiscal - RGF - do 3º quadrimestre de 2023, considera a "estruturção econômico" buscando a "representação fidedigna". Quanto à metodologia utilizada para a elaboração do RGF, considera-se o MDF, 13ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.
    - 1.2. Foi executado na GOÁPREV - Regime Próprio de Previdência Social - o valor de R\$ 114.058.134,26 referente às despesas com NATIVOS e PENSIONISTAS, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica nº 0032016.
    - 1.3. Em conformidade com as recomendações e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, extraídos nos autos nº 449/2023 e nº 1.222/2023.
    - 1.4. A partir de janeiro de 2023, o registro das despesas com Abono de Permanência passou a ocorrer na ND 3.1.90.11.47 - Remuneração (Luz) Por Permanência em Atividade - Civil.
    - 1.5. A partir de janeiro de 2023, foram escriturados e liquidados na ND 31909402 somente aquelas despesas de caráter indenizatório e passíveis de dedução da Despesa Bruta de Pessoal.
    - 1.6. A partir de março de 2023, a classificação dos registros das decisões judiciais relativas às despesas com pessoal de exercícios anteriores passou a ocorrer no elemento de despesa "91".
    - 1.7. Há uma inscrição de R\$27.447,22 em Restos a Pagar não Processados.
    - 1.8. A Receita Corrente Líquida foi disponibilizada pela Secretaria de Economia do Estado de Goiás com valores referente ao período janeiro de 2023 a dezembro de 2023.
    - 1.9. As Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais e de Bancada Informadas no RGF segue o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, do 6º bimestre de 2023, disponibilizado pela Secretaria de Economia do Estado de Goiás.
  2. TCE
    - 2.1. De janeiro a agosto de 2023, montante correspondente a R\$ 476.551,20, registrado na Natureza de Despesa "3.1.90.94.02 - Indenizações e Restituições em Geral", referente apenas às licenças-prêmio convertidas em períodos de servidores inativos, executada na Unidade Orçamentária 0201, não compõe o presente relatório, dado seu caráter indenizatório, conforme disposto no Acórdão nº 3.080/2019 - TCE-GO.
    - 2.2. Cumprindo determinação contida no Acórdão nº 2.921/2023 - TCE-GO, publicado no Diário Eletrônico de Contas em 13.11.2023, evidencia-se que:
      - a) A partir de setembro de 2023, despesas referentes às licenças-prêmio convertidas em períodos de servidores inativos passaram a ser tratadas como Despesa Bruta com Pessoal e, desde que a referência esteja fora do período de apuração, registradas na Natureza de Despesa 3.1.90.92.01 - Aposentadorias e Reformas (Despesas de Exercícios Anteriores).
      - b) Por força da Lei Estadual nº 21.832/23, foram registradas na Natureza de Despesa 3.1.90.93.19 - Parcela Indenizatória Decorrente da Lei nº 21.781/2021, até a concessão da medida cautelar em sede da ADI nº 740/2023, datada de 22 de julho de 2020, no valor total de R\$ 229.153,56, referente aos meses de maio, abril, maio e junho. Tal decisão foi reafirmada pela 2ª Turma do STF em 04/09/2023.
      - c) A partir de janeiro de 2023, despesas correspondentes aos "Juros sobre Divergências Salariais" de exercícios anteriores passaram a ser registradas nas seguintes naturezas de despesas:
        - a) 3.1.90.92.09 - Demais Despesas Variáveis - Pessoal Civil Ativo;
        - b) 3.1.90.92.70 - Demais Despesas Variáveis - Pessoal Civil Inativo;
        - c) 3.1.90.92.71 - Demais Despesas Variáveis - Pessoal Civil Pensionista.
      - d) Os valores das Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas individuais e às Emendas de Bancada e da Receita Corrente Líquida foram extraídos do Anexo 3 do RREO do 6º Bimestre de 2023. Os valores das Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais divergem dos que foram publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (R\$ 42.645.247,40). De todo modo, empregando-se os valores publicados pela STN, o índice de Despesa Total com Pessoal permanece inalterado em 0,82% sobre a RCL Ajustada.
  3. TCM
    - 3.1. Elaborado conforme metodologia do Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
  4. T-JGO
    - 4.1. Metodologia aplicada no RGF nos últimos 12 meses - conforme Resolução 09/2016 - TCE-GO, empregando a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), válida a partir do exercício financeiro de 2023 - 3º quadrimestre de 2023, Lei Complementar Estadual nº 131/2017.
    - 4.2. A Receita Corrente Líquida foi apurada e informada pela Secretaria de Estado da Economia do Governo do Estado de Goiás.
    - 4.3. As Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas constitucionais individuais e bancada foram extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, Anexo 3, do 6º Bimestre de 2023, disponibilizado pela Secretaria de Economia do Estado de Goiás em 12/01/2024.
    - 4.4. Ante a edição da Lei Complementar nº 131/2017, Art. 1º, § 3º, foi computado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" a totalidade dos valores relativos às contribuições previdenciárias.
    - 4.5. As Despesas Não Computadas com "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" em observância à regra de que o valor da linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" não deve ser maior que o valor da linha "Pessoal Inativo e Pensionistas".
    - 4.6. Valores sujeitos à alteração após a consolidação do Balanço Geral do Estado de Goiás.
  5. MP-GO
    - 5.1. A metodologia utilizada para a elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2023 considera o MDF, 13ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.
    - 5.2. Em atendimento ao artigo 10 da Lei Complementar nº 101/2020 e ao Termo de Cooperação Técnica nº 032016, informamos que parte da despesa com pessoal inativo e pensionista foi empenhada na Unidade Orçamentária nº 1700 (FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR - FFRPPS) no valor de R\$ 105.954.553,41, referente ao período de janeiro a dezembro de 2023.
    - 5.3. A Receita Corrente Líquida foi disponibilizada pela Secretaria de Estado da Economia.
    - 5.4. As transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) e as transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) foram obtidas diretamente do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida disponibilizado pela Secretaria de Estado da Economia.



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladora-Geral do Estado

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO - Todos os Poderes e Órgãos Autônomos  
CNPJ: 01.409.880/0001-38  
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2023  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

6. EXECUTIVO

6.1 Elaborado conforme metodologia do Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6.2 Em atenção à necessidade de acompanhamento quanto ao atendimento aos limites previstos no art. 20, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, apresenta-se o quadro abaixo, em que são reunidas as informações relativas à despesa com pessoal, conforme consta dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2023, Anexo 1, publicados pelos órgãos centrais de contabilidade dos Poderes em seus respectivos sites de transparência e Diário Oficial do Estado - consolidados neste relatório. Evidenciando-se que a Despesa de Pessoal está abaixo do limite máximo, do limite prudencial e do limite de alerta, em todos os Poderes.

<b>RCL apurada após fechamento do Balanço</b>	<b>38.407.128.875,58</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais	42.579.542,40
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada	523.448,01
<b>RCL Ajustada para efeito de cálculo dos limites da despesa com pessoal</b>	<b>38.364.025.884,94</b>

PODER	PUBLICADO	%	Limite Máximo	Limite Prudencial (95% do Limite de Máximo)	Limite de Alerta (90% do Limite de Máximo)
EXECUTIVO e DPEGO	14.584.481.321,85	43,23	48,60	46,17	43,74
ALEGO	486.561.824,77	1,27	1,50	1,43	1,35
TCEGO	317.549.052,83	0,83	1,35	1,28	1,22
TCEMGO	170.126.041,81	0,44	0,55	0,52	0,50
TJGO	1.602.140.134,17	4,33	6,00	5,70	5,40
MPOG	438.649.110,60	1,66	2,00	1,90	1,80
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP) CONSOLIDADA</b>	<b>19.859.507.486,03</b>	<b>51,77</b>	<b>60,00</b>	<b>57,00</b>	<b>54,00</b>

Goiânia, 15 de fevereiro de 2024.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário-Chefe  
da Controladora-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente Central de  
Contabilidade da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE ESTADO DE GOIÁS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

PODER: CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos

CNPJ: 01.409.590/0001-38

PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2023

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em reais

CAMPO	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)			
1	<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>8.009.828.257,83</b>	<b>51.000.268,71</b>	<b>50.928.520,17</b>	<b>301.936.551,59</b>	<b>127.492.629,92</b>	<b>0,00</b>	<b>7.478.470.287,44</b>	<b>727.046.778,95</b>	<b>0,00</b>	<b>6.751.423.508,49</b>
2	Recursos Não Vinculados de Impostos	4.949.286.971,47	50.568.604,33	50.703.002,99	301.065.406,02	107.134.936,07	0,00	4.439.815.022,06	724.410.727,33	0,00	3.715.404.294,73
3	Outros Recursos não Vinculados	3.060.541.286,36	431.664,38	225.517,18	871.145,57	20.357.693,85	0,00	3.038.655.265,38	2.636.051,62	0,00	3.036.019.213,76
4	<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)</b>	<b>7.294.488.666,43</b>	<b>41.385.520,91</b>	<b>89.628.587,74</b>	<b>322.178.110,92</b>	<b>674.802.893,42</b>	<b>0,00</b>	<b>6.166.493.552,44</b>	<b>602.635.832,46</b>	<b>0,00</b>	<b>5.563.857.719,98</b>
5	Recursos Vinculados à Educação	562.678.140,58	9.571.674,71	5.845.881,03	1.160.820,87	51.471,01	0,00	546.048.292,96	56.418.000,01	0,00	489.630.292,95
6	Transferências do FUNDEB	344.431.591,01	0,00	5.388.894,76	101.421,44	0,00	0,00	338.941.274,81	4.808.063,68	0,00	334.133.211,13
7	Outros Recursos Vinculados à Educação	218.246.549,57	9.571.674,71	456.986,27	1.059.399,43	51.471,01	0,00	207.107.018,15	51.609.936,33	0,00	155.497.081,82
8	Recursos Vinculados à Saúde	439.131.380,98	483.335,63	8.516.123,92	1.046.288,01	0,00	0,00	429.085.633,42	91.814.844,77	0,00	337.270.788,65
9	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	424.857.325,00	483.335,63	8.516.123,92	1.046.288,01	0,00	0,00	414.811.577,44	91.814.844,77	0,00	322.996.732,67
10	Outros Recursos Vinculados à Saúde	14.274.055,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.274.055,98	0,00	0,00	14.274.055,98
11	Recursos Vinculados à Assistência Social	11.815.545,35	0,00	185.276,57	0,00	8.700,00	0,00	11.621.568,78	910.160,22	0,00	10.711.408,56
12	Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	23.988.496,59	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	23.988.496,58	0,00	0,00	23.988.496,58
13	Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	581.781.788,89	115.082,36	65.291.086,64	7.459.937,24	289.703,54	0,00	508.625.979,11	77.803.800,44	0,00	430.822.178,67
14	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneros (exceto Educação, Saúde e Assistência)	179.920.642,65	65.644,17	2.077.937,64	5.766.340,03	228.860,35	0,00	171.781.860,46	38.599.946,24	0,00	133.211.914,22
15	Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	401.861.146,24	49.438,19	63.213.149,00	1.693.597,21	60.843,19	0,00	336.844.118,65	39.233.854,20	0,00	297.610.264,45
16	Demais Vinculações Legais	4.075.237.778,90	31.007.580,66	6.037.041,38	256.531.277,99	7.242.686,36	0,00	3.774.419.191,91	265.552.376,83	0,00	3.508.866.815,08
17	Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	937.958,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	937.958,16	0,00	0,00	937.958,16
18	Recursos de Alienação de Bens/Ativos	67.887.380,96	0,00	0,00	6.800,44	0,00	0,00	67.880.580,52	264.450,00	0,00	67.616.130,52
19	Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	498.486.872,16	600.042,69	1.529.601,46	75.497,46	0,00	0,00	496.281.730,55	31.388.763,05	0,00	464.892.967,50
20	Outras Vinculações Legais	3.507.925.567,22	30.407.538,17	4.507.439,02	256.448.980,09	7.242.686,36	0,00	3.209.318.922,68	233.899.163,78	0,00	2.975.419.758,90
21	Recursos Extraorçamentários	670.365.195,50	0,00	0,00	0,00	667.198.538,83	0,00	3.166.656,67	0,00	0,00	3.166.656,67
22	Outras Vinculações	929.490.339,04	207.847,35	3.753.178,19	55.979.786,81	11.793,68	0,00	869.537.733,01	110.136.650,19	0,00	759.401.082,82
23	<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)</b>	<b>169.160.265,81</b>	<b>0,00</b>	<b>80.347,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>169.079.918,12</b>	<b>4.731.262,81</b>	<b>0,00</b>	<b>164.348.655,31</b>
24	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	-0,01
25	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	168.877.726,83	0,00	3.678,85	0,00	0,00	0,00	168.874.047,98	0,00	0,00	168.874.047,98
26	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	262.538,98	0,00	76.668,83	0,00	0,00	0,00	205.870,15	4.731.262,81	0,00	-4.525.392,46
27	<b>TOTAL (IV) = (I + II + III)</b>	<b>15.473.477.189,07</b>	<b>92.385.789,62</b>	<b>140.637.455,60</b>	<b>624.114.662,51</b>	<b>802.295.523,34</b>	<b>0,00</b>	<b>13.814.043.758,00</b>	<b>1.334.413.874,02</b>	<b>0,00</b>	<b>12.479.629.883,98</b>

FONTE: SIOF-NET / SOG / ECONOMIA-GO

Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO referentes ao 6º bimestre de 2023, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE ESTADO DE GOIÁS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

PODER: CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2023

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em reais

NOTAS: 1. A coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)" (g) poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Na linha "Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)" (campo 24) não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

3. Elaborado com base no Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Com ajuste na regra do Mapeamento, efetuado pela ALEGO, que considerou na coluna "Demais Obrigações Financeiras", o montante R\$ 10.646.627,29 referente à conta patrimonial 2.1.1.1.01.03.01.00 - Provisão de Férias (P), no valor de R\$ 7.987.614,93, e à conta patrimonial 2.1.1.4.3.01.01.01.00 - INSS Contribuição sobre Salários e Remunerações (P), no valor de R\$ 2.659.012,36. Este último referente ao parcelamento de Contribuições Previdenciárias de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, firmado entre o Estado de Goiás e a Receita Federal do Brasil, cujo período compreende aos anos de 2005 a 2008, conforme processo SEI nº 201900013001581 e processo ALEGO nº 2020002413. Contas sem detalhamento de fonte de recursos, aqui consideradas na linha de "Recursos não Vinculados de Impostos", para efeito de consolidação.

4. Resumo do demonstrativo consolidado da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, por Poder:

PODER	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					RESERVA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONHECIMENTO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR RESERVA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - b - c + d + e) - f	(h)	(i)	(j) = (g - h)		
EXECUTIVO	13.721.024.703,49	92.176.177,44	123.822.211,56	548.593.527,15	791.355.195,20	-	12.165.077.592,14	1.140.370.576,92	-	11.024.707.015,22	
ALFEGO	158.506.668,36	207.847,35	245,44	5.315.016,18	10.701.527,29	-	142.282.032,10	15.064.259,31	-	127.217.772,79	
TIGO	1.000.309.756,01	-	12.172.950,12	55.927.197,33	-	-	932.209.548,56	117.572.356,89	-	814.637.209,67	
TCMSO	47.228.364,57	-	659.354,78	2.297.806,09	-	-	43.671.203,74	7.869.829,21	-	35.801.374,53	
TCEGO	80.468.522,30	-	899,06	-	-	-	80.467.623,24	3.771.474,13	-	76.696.149,11	
MPGO	366.389.343,58	1.764,83	3.779.673,80	11.381.115,76	42.244,00	-	351.184.545,19	46.147.445,21	-	305.037.099,98	
DRSGO	29.549.830,76	-	202.680,98	-	196.556,05	-	99.151.150,03	3.617.920,35	-	95.533.264,68	
TOTAL	15.473.477.189,07	92.385.789,62	140.637.455,60	624.114.662,51	802.295.523,34	-	13.814.043.758,00	1.334.413.874,02	-	12.479.629.883,98	

Goiania, 15 de fevereiro de 2024.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário-Chefe da  
Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente Central de  
Contabilidade da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2023  
RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
1	Receita Corrente Líquida		38.407.128.875,35
2	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		38.364.549.332,95
3	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		38.364.025.884,94
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
4	Despesa Total com Pessoal - DTP	19.859.507.486,03	51,77
5	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00%	23.018.415.530,96	60,00
6	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00%	21.867.494.754,42	57,00
7	Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	20.716.573.977,87	54,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
8	Dívida Consolidada Líquida	11.329.627.042,88	29,53
9	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	76.729.098.665,90	200,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
10	Total das Garantias Concedidas	50.596.449,00	0,13
11	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.440.200.853,25	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
12	Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
13	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.138.327.893,27	16,00
14	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
15	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.685.518.453,31	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
16	Valor Total	1.334.413.874,02	12.479.629.883,98

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO  
Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, (incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO) referentes ao 6º bimestre de 2023, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

Goiânia, 15 de fevereiro de 2024.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário-Chefe da  
Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente Central de  
Contabilidade da Secretaria de Estado da Economia